

# ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.

## Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ N° 24.743.728/0001-71

NIRE N° 42 3 0006402-5

---

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

A Administração da Engie Energia Solar Holding I S.A. (“Engie Solar I Holding” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 1. Perfil Institucional

A Engie Solar I Holding é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. A Companhia detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem os Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar Barreiras e Juazeiro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) autorizou a exploração dos Conjuntos, localizados em Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia.

Atualmente a Companhia controla 10 subsidiárias que juntas somam 349,8 MW de capacidade instalada e 93,0 MWm de garantia física em empreendimentos operacionais de geração solar fotovoltaica.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

### 2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

### 3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

### 4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta dos Conjuntos Fotovoltaicos da Companhia alcançou 565,7 GWh, desempenho 15,3% inferior à observada em 2024, que foi de 667,8 GWh. O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, do Conjunto Fotovoltaico São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar Barreiras e Juazeiro em 2025 atingiu 94,7%, 99,6%, 96,5% e 95,5%, respectivamente.

## 5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	215.371	255.040	(39.669)	(15,6)
Lucro bruto	79.844	131.670	(51.826)	(39,4)
Resultado do serviço (Ebit)	75.685	129.040	(53.355)	(41,3)
Ebitda (Lajida) <sup>1</sup>	136.992	184.911	(47.919)	(25,9)
Resultado financeiro	(19.326)	(65.769)	46.443	(70,6)
Lucro líquido do exercício	36.636	47.643	(11.007)	(23,1)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

### Comentário sobre as principais variações

**Receita operacional líquida:** a redução foi motivada pela geração de energia em quantidade inferior ao ano anterior e consequente decréscimo da quantidade faturada. Essa redução resultou em um aumento no ressarcimento às distribuidoras.

**EBITDA:** a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita operacional líquida e aumento dos custos com mão de obra e depreciação.

**Resultado financeiro:** o aumento é proveniente, substancialmente, dos maiores rendimentos de aplicações financeiras e depósitos vinculados, acentuado pela redução das despesas financeiras bancárias, como carta de crédito e fianças bancárias.

**Lucro líquido do exercício:** redução motivada pelos efeitos anteriormente citados.

## 6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

## 7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

## 8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

### A Administração

**ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.**  
**CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 42 3 0006402-5**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.800	23.704	246.813	338.038
Contas a receber de clientes	5	-	-	20.936	19.423
Depósitos vinculados	6	-	-	7.630	4.918
Valores a receber de partes relacionadas	19	24.828	24.828	528	528
Dividendos a receber	19	77.214	73.639	-	-
Outros ativos circulantes		438	204	7.064	6.104
		<b>104.280</b>	<b>122.375</b>	<b>282.971</b>	<b>369.011</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Depósitos vinculados	6	-	-	34.282	18.247
Depósitos judiciais	7	-	-	7.358	5.371
Outros ativos não circulantes		949	951	2.491	2.375
		<b>949</b>	<b>951</b>	<b>44.131</b>	<b>25.993</b>
<b>Investimento</b>	8	<b>557.734</b>	<b>662.186</b>	-	-
<b>Imobilizado</b>	9	-	-	<b>1.200.603</b>	<b>1.197.589</b>
<b>Intangível</b>	10	-	-	<b>67.433</b>	<b>69.412</b>
		<b>558.683</b>	<b>663.137</b>	<b>1.312.167</b>	<b>1.292.994</b>
<b>TOTAL</b>		<b>662.963</b>	<b>785.512</b>	<b>1.595.138</b>	<b>1.662.005</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	11	41	63	23.037	33.408
Dividendos	14	348	453	348	453
Instrumentos de dívida	13	-	-	48.310	45.966
Ressarcimento às Distribuidoras	15	-	-	125.440	54.985
Outros passivos circulantes		1.819	1.862	7.121	7.176
		<b>2.208</b>	<b>2.378</b>	<b>204.256</b>	<b>141.988</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	11	-	-	27.352	7.070
Instrumentos de dívida	13	-	-	660.043	698.550
Provisão para desmobilização	9	-	-	40.571	31.263
Outros passivos não circulantes		-	-	2.161	-
		-	-	<b>730.127</b>	<b>736.883</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	14				
Capital social		607.530	607.530	607.530	607.530
Reservas de lucros		18.770	130.796	18.770	130.796
Dividendos adicionais propostos		34.455	44.808	34.455	44.808
		<b>660.755</b>	<b>783.134</b>	<b>660.755</b>	<b>783.134</b>
<b>TOTAL</b>		<b>662.963</b>	<b>785.512</b>	<b>1.595.138</b>	<b>1.662.005</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.**  
**CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 42 3 0006402-5**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	15	-	-	215.371	255.040
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
Depreciação e amortização	9	-	-	(61.307)	(55.871)
Serviços de terceiros		-	-	(23.499)	(22.888)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		-	-	(22.767)	(22.197)
Seguros		-	-	(8.468)	(4.231)
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(1.230)	(4.673)
Outros		-	-	(18.256)	(13.510)
		-	-	<b>(135.527)</b>	<b>(123.370)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		-	-	<b>79.844</b>	<b>131.670</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
<b>Despesas gerais e administrativas</b>					
Serviços de terceiros		(72)	(206)	(1.878)	(2.056)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(50)	(82)	(2.281)	(574)
		<b>(122)</b>	<b>(288)</b>	<b>(4.159)</b>	<b>(2.630)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	8	40.634	50.979	-	-
Amortização do ágio		(5.002)	(5.002)	-	-
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>35.510</b>	<b>45.689</b>	<b>75.685</b>	<b>129.040</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Renda de aplicações financeiras		1.417	2.486	32.086	21.836
Renda de depósitos vinculados		-	-	5.268	1.467
Juros e variação monetária sobre instrumentos de dívida	13	-	-	(51.589)	(53.859)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	9	-	-	(1.380)	(2.606)
Despesas financeiras bancárias		-	-	(1.402)	(23.886)
Outras despesas financeiras, líquidas		9	6	(2.309)	(8.721)
		<b>1.408</b>	<b>2.480</b>	<b>(19.326)</b>	<b>(65.769)</b>
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>36.918</b>	<b>48.169</b>	<b>56.359</b>	<b>63.271</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	16				
Imposto de renda		(201)	(388)	(13.811)	(10.705)
Contribuição social		(81)	(138)	(5.912)	(4.923)
		<b>(282)</b>	<b>(526)</b>	<b>(19.723)</b>	<b>(15.628)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>36.636</b>	<b>47.643</b>	<b>36.636</b>	<b>47.643</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>36.636</b>	<b>47.643</b>	<b>36.636</b>	<b>47.643</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>36.636</b>	<b>47.643</b>	<b>36.636</b>	<b>47.643</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.**  
**CNPJ N° 24.743.728/0001-71 | NIRE N° 42 3 0006402-5**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
		Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
<b>Saldos em 31.12.2023</b>		<b>613.015</b>	<b>(6.145)</b>	<b>3.251</b>	<b>11.304</b>	<b>75.680</b>	-	-	<b>697.105</b>
Aumento de capital		660	-	-	-	-	-	-	660
Renúncia de dividendos		-	-	38.179	-	-	-	-	38.179
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	47.643	47.643
Destinações propostas à AGO:									
- Reserva legal		-	-	-	2.382	-	-	(2.382)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(453)	(453)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	44.808	(44.808)	-
<b>Saldos em 31.12.2024</b>		<b>613.675</b>	<b>(6.145)</b>	<b>41.430</b>	<b>13.686</b>	<b>75.680</b>	<b>44.808</b>	-	<b>783.134</b>
Dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(44.808)	-	(44.808)
Dividendos intermediários		-	-	(38.179)	-	(75.680)	-	-	(113.859)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	36.636	36.636
Destinações propostas à AGO:									
- Reserva legal		-	-	-	1.833	-	-	(1.833)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(348)	(348)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	34.455	(34.455)	-
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>14</b>	<b>613.675</b>	<b>(6.145)</b>	<b>3.251</b>	<b>15.519</b>	<b>-</b>	<b>34.455</b>	<b>-</b>	<b>660.755</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.**  
**CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 42 3 0006402-5**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Resultado antes dos tributos	36.918	48.169	56.359	63.271
<b>Conciliação do resultado com o caixa das operações:</b>				
Resultado de participações societárias	(35.632)	(45.977)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	61.307	55.871
Juros e variação monetária sobre instrumentos de dívida	-	-	51.589	53.859
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	-	-	1.380	2.606
Depósitos vinculados	-	-	(5.268)	(1.467)
Outros	(2)	-	3.587	404
<b>Resultado antes dos tributos ajustado</b>	<b>1.284</b>	<b>2.192</b>	<b>168.954</b>	<b>174.544</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.513)	26.534
Valores a receber de partes relacionadas	-	(5.400)	-	9.927
Outros ativos	(289)	102	(8.303)	(8.217)
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>				
Fornecedores	(22)	(1.782)	(2.326)	20.799
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	70.455	27.577
Outros passivos	(11)	1.775	32	(16.280)
<b>Caixa (utilizado) gerado nas operações</b>	<b>962</b>	<b>(3.113)</b>	<b>227.299</b>	<b>234.884</b>
Pagamentos de juros sobre instrumentos de dívida	-	-	(43.457)	(46.254)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(255)	(388)	(13.790)	(11.803)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>707</b>	<b>(3.501)</b>	<b>170.052</b>	<b>176.827</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aumento de capital em controladas	(10.594)	(3.030)	-	-
Aplicação imobilizado e intangível	-	-	(44.383)	(2.830)
Dividendos recebidos	147.103	-	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>136.509</b>	<b>(3.030)</b>	<b>(44.383)</b>	<b>(2.830)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital	-	660	-	660
Pagamento de dividendos	(159.120)	-	(159.120)	-
Pagamento de instrumentos de dívida	-	-	(44.295)	(41.153)
Depósitos vinculados	-	-	(13.479)	11.904
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(159.120)</b>	<b>660</b>	<b>(216.894)</b>	<b>(28.589)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(21.904)</b>	<b>(5.871)</b>	<b>(91.225)</b>	<b>145.408</b>
<b>Conciliação do caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial	23.704	29.575	338.038	192.630
Saldo final	1.800	23.704	246.813	338.038
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(21.904)</b>	<b>(5.871)</b>	<b>(91.225)</b>	<b>145.408</b>
<b>Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa</b>				
Provisão para desmobilização	-	-	7.928	(20.778)
Fornecedores de imobilizado	-	-	(14.711)	15.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.**  
**CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 42 3 0006402-5**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

## NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Engie Energia Solar Holding I S.A. (“Companhia” ou “Engie Solar I Holding”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 06.05.2016, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Engie Solar I Holding é controladora direta de 10 empresas e 4 indiretamente, as quais em conjunto formam os Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Solar Barreiras, Juazeiro e Sol do Futuro, (“Conjuntos”), sendo este localizado no estado do Ceará e os demais no estado da Bahia. A soma dos Conjuntos possui capacidade instalada de 349,8 MW.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”).

## NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2026.

### a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, Engie Solar I Holding, e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. As empresas consolidadas com a Companhia são estas:

Empresa	Capacidade instalada (MW) <sup>5</sup>	Garantia física estimada (MWm) <sup>5</sup>	Participação no capital integralizado e votante (%)	Ambiente de contratação
			31.12.2025	
Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. <sup>1</sup>	27,0	8,0	100%	Regulado
Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A. <sup>1</sup>	27,0	8,0	100%	Regulado
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A. <sup>2</sup>	27,0	5,4	100%	Regulado
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A. <sup>2</sup>	27,0	5,4	100%	Regulado
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A. <sup>2</sup>	27,0	5,4	100%	Regulado
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA. <sup>3</sup>	23,7	6,5	100%	Regulado
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA. <sup>3</sup>	23,7	6,5	100%	Regulado
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA. <sup>3</sup>	23,7	6,5	100%	Regulado
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA. <sup>3</sup>	23,7	6,5	100%	Regulado
Engie Juazeiro Holding LTDA. e controladas <sup>4</sup>	120,0 <sup>4</sup>	34,8 <sup>4</sup>	100%	Regulado
<b>Total</b>	<b>349,8</b>	<b>93,0</b>		

(1) Incluem o Consórcio São Pedro;

(2) Incluem o Consórcio Sol do Futuro;

(3) Incluem o Consórcio Solar Barreiras;

(4) A Atlas Juazeiro Holding LTDA detém 100% das ações das suas controladas, sendo: Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE LTDA, Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE LTDA, Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE LTDA e Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE LTDA, com capacidade instalada de 30 MW cada e garantia física estimada de 8,7 MWm cada; e

(5) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A Companhia possui participação em consórcios (operação em conjunto em entidades sem personalidade jurídica), os quais estão descritos no quadro acima, para as quais os ativos, os passivos, as receitas e as despesas são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

## **b) Continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a) Instrumentos financeiros**

#### **a.1) Caixa e equivalentes de caixa**

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

#### **a.2) Contas a receber de clientes**

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

#### **a.3) Depósitos vinculados**

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

#### **a.4) Financiamentos**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

#### **a.5) Debêntures**

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

## **b) Investimentos**

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

## **c) Imobilizado**

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

### **c.1) Direito de uso de arrendamentos**

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

### **c.2) Provisão para desmobilização**

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

## **d) Intangível**

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

## **e) Avaliação do valor de recuperação dos ativos de longa duração e vida útil indefinida**

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa e de vida útil indefinida, especialmente, os ativos imobilizados, intangíveis e investimentos. Para os ativos imobilizados, no encerramento do exercício a Companhia analisa a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Ativos com vida útil indefinida são submetidos ao teste de *impairment* no mínimo anualmente e sempre que identificada indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

## **f) Distribuição de dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

## **g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

## **h) Transações entre partes relacionadas**

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

## **i) Receita de contrato com cliente**

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

## j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

## k) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

## l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

## m) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27</b> Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<b>Orientação Técnica OCPC nº 10</b> A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO <sub>2</sub> e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<b>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)</b> As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

## n) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p><b>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02</b></p> <p>Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p><b>CPC 51</b></p> <p>O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

### NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	44	62	16.880	37.202
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	1.756	23.642	229.933	300.836
	<b>1.800</b>	<b>23.704</b>	<b>246.813</b>	<b>338.038</b>

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão concentradas, substancialmente, nos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e em instrumentos de captação bancária, predominantemente de instituições financeiras com classificação de risco AAA, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do FIE Energy Renda Fixa nos anos de 2025 e 2024 foi, respectivamente, cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial). Adicionalmente, o FIE Energy Prime Renda Fixa apresentou rentabilidade média de 100,8% do CDI em 2025.

### NOTA 5. CONTAS A RECEBER

Em 31.12.2025, o saldo de R\$ 20.936 (R\$ 19.423 em 31.12.2024) refere-se aos valores vencidos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. O prazo médio de recebimento dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente 45 dias.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

### NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 41.912 (R\$ 23.165 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívidas com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e conforme contratos, antes de cada desembolso a Companhia possui a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são reajustados conforme o valor da dívida previsto.

## NOTA 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 7.358 (R\$ 5.371 em 31.12.2024) relativos a processos judiciais de natureza tributária. No exercício de 2019, as controladas Solar Barreiras, São Pedro II e São Pedro IV ajuizaram processos no Tribunal de Justiça do estado da Bahia objetivando a suspensão da cobrança do ICMS sobre a parcela da TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição). O processo de São Pedro foi julgado procedente a favor das Companhias em dezembro de 2024, tendo transitado em julgado em março de 2025. Com isso, os depósitos dos valores de ICMS controvertidos foram levantados pelas Companhias ao longo do exercício e o processo se encaminha para o encerramento. Já no processo de Solar Barreiras, em dezembro de 2024 a Companhia obteve sentença favorável em primeira instância e, atualmente, aguarda julgamento da apelação interposta pelo Estado da Bahia. A distribuidora (COELBA) levantou os depósitos dos valores de ICMS incontroversos ao longo do exercício, permanecendo depositados os valores controvertidos até a finalização do julgamento.

## NOTA 8. INVESTIMENTOS

### a) Composição

	31.12.2025	31.12.2024
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	493.345	592.795
Mais valia na aquisição de investimentos	64.389	69.391
	<b>557.734</b>	<b>662.186</b>

### b) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Saldo em 31.12.2023	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2025
São Pedro II	24.220	-	-	(1.345)	22.875	-	(751)	3.161	25.285
São Pedro IV	30.049	-	(3.187)	6.709	33.571	-	(18.080)	8.886	24.377
Sol do Futuro I	48.900	-	(3.866)	8.140	53.174	-	(10.716)	3.944	46.402
Sol do Futuro II	48.494	-	(4.599)	9.682	53.577	-	(14.521)	5.359	44.415
Sol do Futuro III	48.455	-	(4.884)	10.282	53.853	-	(14.950)	5.635	44.538
Barreiras I	27.611	1.555	-	(5.621)	23.545	6.825	-	(9.380)	20.990
Barreiras II	33.807	770	-	(2.375)	32.202	2.574	-	(5.515)	29.261
Barreiras III	35.818	455	-	(1.728)	34.545	573	-	(4.786)	30.332
Barreiras IV	37.579	250	-	(916)	36.913	622	-	(4.471)	33.064
Engie Juazeiro Holding	248.540	-	(28.151)	28.151	248.540	-	(91.660)	37.801	194.681
	<b>583.473</b>	<b>3.030</b>	<b>(44.687)</b>	<b>50.979</b>	<b>592.795</b>	<b>10.594</b>	<b>(150.678)</b>	<b>40.634</b>	<b>493.345</b>

A seguir, algumas informações financeiras das empresas que compõem os Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Sol do Futuro, Juazeiro e Barreiras, referentes ao exercício findo em 31.12.2025 e 31.12.2024:

	31.12.2025						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	Participação (%)
São Pedro II	15.858	154.713	129.428	25.285	22.111	3.161	100%
São Pedro IV	17.811	137.697	113.320	24.377	25.825	8.886	100%
Sol do Futuro I	42.761	113.033	66.631	46.402	15.810	3.944	100%
Sol do Futuro II	39.472	107.548	63.133	44.415	16.089	5.359	100%
Sol do Futuro III	39.412	107.926	63.388	44.538	16.461	5.635	100%
Barreiras I	49.484	89.437	68.447	20.990	5.337	(9.380)	100%
Barreiras II	41.724	86.388	57.127	29.261	6.092	(5.515)	100%
Barreiras III	39.829	87.003	56.671	30.332	6.446	(4.786)	100%
Barreiras IV	40.270	89.692	56.628	33.064	6.822	(4.471)	100%
Engie Juazeiro Holding	194.681	245.194	50.513	194.681	-	37.801	100%

	31.12.2024						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	Participação (%)
São Pedro II	15.858	150.219	127.344	22.875	19.007	(1.345)	100%
São Pedro IV	17.811	145.273	111.702	33.571	24.092	6.709	100%
Sol do Futuro I	42.761	107.745	54.571	53.174	21.571	8.140	100%
Sol do Futuro II	39.472	109.128	55.551	53.577	21.974	9.682	100%
Sol do Futuro III	39.412	109.843	55.990	53.853	22.060	10.282	100%
Barreiras I	42.659	90.796	67.251	23.545	10.165	(5.621)	100%
Barreiras II	39.150	88.713	56.511	32.202	9.738	(2.375)	100%
Barreiras III	39.256	90.230	55.685	34.545	10.394	(1.728)	100%
Barreiras IV	39.648	91.684	54.771	36.913	11.192	(916)	100%
Engie Juazeiro Holding	194.681	305.688	57.148	248.540	-	28.151	100%

## NOTA 9. IMOBILIZADO

### a) Composição

	Consolidado				
	Taxa média de depreciação (ao ano)	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024	
				Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	3,8%	1.475.065	(329.792)	1.145.273	1.175.328
Edificações e benfeitorias	3,4%	16.920	(3.684)	13.236	13.814
Outros	10,3%	500	(61)	439	82
Direito de uso de arrendamentos	3,7%	32.297	(2.351)	29.946	5.992
		<b>1.524.782</b>	<b>(335.888)</b>	<b>1.188.894</b>	<b>1.195.216</b>
<b>Em curso</b>					
Máquinas e equipamentos		10.613	-	10.613	2.100
Edificações e benfeitorias		532	-	532	-
Outros		564	-	564	273
		<b>11.709</b>	<b>-</b>	<b>11.709</b>	<b>2.373</b>
		<b>1.536.491</b>	<b>(335.888)</b>	<b>1.200.603</b>	<b>1.197.589</b>

### b) Mutação

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.219.702</b>	<b>13.958</b>	<b>85</b>	<b>12.949</b>	<b>19.733</b>	<b>1.266.427</b>
Ingressos	-	-	-	-	2.809	2.809
Reversão da provisão para desmobilização	(20.778)	-	-	-	-	(20.778)
Transferências	26.866	-	-	(6.697)	(20.169)	-
Depreciação	(50.462)	(144)	(3)	(260)	-	(50.869)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>1.175.328</b>	<b>13.814</b>	<b>82</b>	<b>5.992</b>	<b>2.373</b>	<b>1.197.589</b>
Ingressos	-	-	-	-	27.681	27.681
Provisão para desmobilização	7.928	-	-	-	-	7.928
Remensuração	-	-	-	24.742	-	24.742
Transferências	17.942	(15)	418	-	(18.345)	-
Baixas	(1.007)	15	(40)	-	-	(1.032)
Depreciação	(54.918)	(578)	(21)	(788)	-	(56.305)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>1.145.273</b>	<b>13.236</b>	<b>439</b>	<b>29.946</b>	<b>11.709</b>	<b>1.200.603</b>

### c) Provisão para desmobilização

Em 2019, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques solares, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente de todas as controladas foi de 6,7%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2025 era de R\$ 40.571 (R\$ 31.263 em 31.12.2024). A variação do saldo é decorrente de (i) constituição de provisão de desmobilização de R\$ 7.928 (R\$ 20.778 de reversão em 31.12.2024) e (ii) juros e variação monetária de R\$ 1.380 (R\$ 2.606 em 31.12.2024) registrada no resultado de 31.12.2025.

### d) Autorização do Órgão Regulador

As controladas da Companhia são detentoras de autorização para exploração dos parques solares, com capacidade instalada de 349,8 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 06.2016 para o Conjunto Sol do Futuro e Conjunto Juazeiro, 03.2016 para o Conjunto São Pedro e 07.2018 para o Conjunto Solar Barreiras.

## NOTA 10. INTANGÍVEL

### a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso de ativos	100.184	(35.795)	64.389	100.184	(30.793)	69.391
Intangível em curso	3.044	-	3.044	21	-	21
	<b>103.228</b>	<b>(35.795)</b>	<b>67.433</b>	<b>100.205</b>	<b>(30.793)</b>	<b>69.412</b>

Os direitos de uso de ativos correspondem ao valor justo pago quando da aquisição das controladas inerentes aos projetos de Barreiras, Juazeiro, São Pedro e Sol do Futuro, a Companhia reconheceu o direito de uso de ativos junto com sua participação, que representa o montante excedente pago pela Companhia, no momento da aquisição das referidas controladas e referem-se ao valor justo dos contratos de venda de energia que essas controladas possuíam no momento da aquisição.

A amortização desse montante está sendo realizada de forma linear no prazo da autorização de uso dos ativos. Em 2025 e 2024 a Companhia amortizou o montante total de R\$ 5.002.

### b) Mutações

	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	74.393
Adição	21
Amortização	(5.002)
Saldo em 31.12.2024	69.412
Adição	3.023
Amortização	(5.002)
Saldo em 31.12.2025	67.433

## NOTA 11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	-	-	30.541	7.180
Fornecedores de materiais e serviços	41	63	16.665	16.318
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	2.524	1.586
Transações no mercado de curto prazo	-	-	340	267
Fornecedores de imobilizado	-	-	319	15.030
Outros fornecedores	-	-	-	97
	<b>41</b>	<b>63</b>	<b>50.389</b>	<b>40.478</b>
Passivo circulante	41	63	23.037	33.408
Passivo não circulante	-	-	27.352	7.070
	<b>41</b>	<b>63</b>	<b>50.389</b>	<b>40.478</b>

## NOTA 12. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

### a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à variação do IPCA, em decorrência dos financiamentos e debêntures.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para 31.12.2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação 12 meses 31.12.2025	Cenário Provável 31.12.2026	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%^1$	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2025, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2026 e demonstram os eventuais impactos adicional em 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem à avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e/ou índices flutuantes para os próximos, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Consolidado		
		Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Instrumentos de dívida				
IPCA	708.353	1.541	(6.071)	(293)

### b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (instrumentos de dívidas, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Instrumentos de dívida	708.353	744.516
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(41.912)	(23.165)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(246.813)	(338.038)
<b>Dívida líquida</b>	<b>419.628</b>	<b>383.313</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>660.755</b>	<b>783.134</b>
<b>Endividamento líquido / Patrimônio líquido</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>

### c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia estão majoritariamente alocados nos fundos exclusivos Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e Energy Prime Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander e Banco BTG Pactual, respectivamente. Em 31.12.2025, a alocação do patrimônio de ambos os fundos era em ativos de baixíssimo risco, sendo sua maioria lastreados em títulos públicos federais e em instrumentos de captação bancária, em conformidade com os parâmetros de alocação e bancos elegíveis acima especificados, ambos com liquidez diária e atrelados à variação da Selic. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

### d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				Fluxo de caixa contratual
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	23.037	7.475	7.475	41.113	79.100
Debêntures	26.610	52.115	51.823	103.903	234.451
Financiamentos	38.525	80.210	85.361	380.818	584.914
	<b>88.172</b>	<b>139.800</b>	<b>144.659</b>	<b>525.834</b>	<b>898.465</b>

## e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	229.933	300.836
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista	16.880	37.202
Contas a receber de clientes	20.936	19.423
Depósitos vinculados	41.912	23.165
Depósitos judiciais	7.358	5.371
	<b>317.019</b>	<b>385.997</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Fornecedores	50.389	40.478
Debêntures	193.035	201.611
Financiamentos	515.318	542.905
	<b>758.742</b>	<b>784.994</b>

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

## NOTA 13. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

### a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Financiamentos</b>						
BNB	28.490	485.911	514.401	27.036	514.400	541.436
Encargos	917	-	917	1.469	-	1.469
	<b>29.407</b>	<b>485.911</b>	<b>515.318</b>	<b>28.505</b>	<b>514.400</b>	<b>542.905</b>
<b>Debêntures</b>						
1ª Emissão - Série 1	18.541	174.132	192.673	17.117	184.150	201.267
Encargos	362	-	362	344	-	344
	<b>18.903</b>	<b>174.132</b>	<b>193.035</b>	<b>17.461</b>	<b>184.150</b>	<b>201.611</b>
	<b>48.310</b>	<b>660.043</b>	<b>708.353</b>	<b>45.966</b>	<b>698.550</b>	<b>744.516</b>

### b) Mutação

	Consolidado		
	Financiamentos	Debêntures	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>570.644</b>	<b>207.420</b>	<b>778.064</b>
Juros e variação monetária	34.628	19.231	53.859
Amortização do principal	(25.279)	(15.874)	(41.153)
Amortização de juros	(37.088)	(9.166)	(46.254)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>542.905</b>	<b>201.611</b>	<b>744.516</b>
Juros e variação monetária	34.060	17.529	51.589
Amortização do principal	(27.036)	(17.259)	(44.295)
Amortização de juros	(34.611)	(8.846)	(43.457)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>515.318</b>	<b>193.035</b>	<b>708.353</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial</b>			
Passivo circulante	29.407	18.903	48.310
Passivo não circulante	485.911	174.132	660.043
	<b>515.318</b>	<b>193.035</b>	<b>708.353</b>

### c) Vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Ano	Consolidado	
	Financiamentos	Debêntures
2027	30.327	18.758
2028	32.379	19.513
2029	34.083	20.293
2030	36.338	21.126
2031	38.368	21.999
2032 a 2036	227.135	72.443
2037 a 2038	87.281	-
	<b>485.911</b>	<b>174.132</b>

### d) Condições contratadas

	Quantidade <sup>1</sup>	Remuneração	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2025
			Encargos	Principal	Vencimento	
<b>Consolidado</b>						
<b>Financiamentos</b>						
Juazeiro I, II, III e IV						
BNB	-	IPCA + 2,18% (sem BA <sup>2</sup> ) IPCA + 1,85% (com BA <sup>2</sup> )	Mensal	Mensal	03.2038	220.554
Sertão Solar Barreiras I, II, III e IV						
BNB	-	IPCA + 2,18% (sem BA <sup>2</sup> ) IPCA + 1,85% (com BA <sup>2</sup> )	Mensal	Mensal	12.2038	172.749
Sol do Futuro I, II e III						
BNB	-	IPCA + 2,07% (sem BA <sup>2</sup> ) IPCA + 1,76% (com BA <sup>2</sup> )	Mensal	Mensal	07.2038	122.015
<b>Debêntures</b>						
<b>São Pedro II</b>						
1ª Emissão - Série 1	113.205	IPCA + 4,40% a.a.	Semestral	Semestral	12.2034	103.910
<b>São Pedro IV</b>						
1ª Emissão - Série 1	95.518	IPCA + 4,40% a.a.	Semestral	Semestral	12.2034	89.125

(1) Aplicável somente para debêntures.

(2) Bônus de Adimplimento: condição de redução pelo fator 0,85 aplicada aos juros incorridos nas parcelas do serviço da dívida pagas em dia. Condição prevista para os financiamentos por receberem recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

### e) Garantias

#### e.1) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

- **Financiamento de empreendimento de geração fotovoltaica:** (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (d) contas reserva em valor mínimo entre 2,50% no período pré baixa das fianças bancárias e até 8,18% no período pós baixa das fianças bancárias, do saldo devedor total do financiamento; (e) contas reserva em valor mínimo equivalente a 25% das despesas contratuais anuais de operação e manutenção dos projetos (em alguns financiamentos está previsto um valor fixo); e (f) fiança corporativa ou fiança bancária.

#### e.2) Debêntures

- **Debêntures das controladas São Pedro II e IV:** (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (d) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (d) contas reserva em montante equivalente ao próximo pagamento do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa.

Em 29.12.2025, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nas quais os debenturistas aprovaram:

- Inclusão de fiança corporativa da Companhia como garantia fidejussória;
- Liberação dos valores depositados nas contas reservas.

A efetivação das alterações está condicionada à celebração de aditivo aos documentos das emissões em 2026.

## f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2025
<b>Controladas</b>		
BNB	ICSD <sup>1</sup> ≥ 1,3 ou Comprometimento da capacidade de pagamento <sup>2</sup> ≤ 70%	Nenhum <i>covenant</i> gerou inadimplemento nos respectivos contratos.
São Pedro II – 1ª Emissão	Individual: ICSD <sup>1</sup> ≥ 1,20	0,84 <sup>2</sup>
São Pedro IV – 1ª Emissão	Individual: ICSD <sup>1</sup> ≥ 1,20	1,43

(1) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

(2) Nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures, apenas o descumprimento do ICSD por 2 anos consecutivos ou 3 anos alternados num intervalo de 5 anos, configura inadimplemento contratual. Mais informações abaixo.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas, com exceção da subsidiária São Pedro II, a qual não atingiu, pelo segundo ano consecutivo, o limite mínimo do ICSD estabelecido na escritura de emissão de debêntures, caracterizando inadimplemento contratual. Entretanto, em 2025, os debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) formalizaram que o referido descumprimento não acarretaria o vencimento antecipado não automático, cuja efetivação dependeria deliberação em AGD.

Os compromissos são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

## NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 e 31.12.2024 era de R\$ 607.530, parcialmente integralizadas, representado por 1.467.556.177 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

### b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Em 31.12.2025, a Companhia possuía o montante de R\$ 15.519 (R\$ 13.686 em 31.12.2024).

### c) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos dos exercícios de 2025 está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
<b>Base de cálculo dos dividendos ajustada</b>		
Lucro líquido do exercício	36.636	47.643
Reserva legal	(1.833)	(2.382)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos</b>	<b>34.803</b>	<b>45.261</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	348	453
<b>Total dos dividendos anuais</b>	<b>348</b>	<b>453</b>

### d.1) Mutação dos dividendos

	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>38.179</b>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024	453
Renúncia de dividendos <sup>1</sup>	(38.179)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>453</b>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025	348
Dividendos intermediários	113.859
Dividendos adicionais propostos	44.808
Pagamento de dividendos	(159.120)
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>348</b>

(1) Dividendos renunciados pela antiga controladora, a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, durante o processo de aquisição das ações da Companhia, resultante de ajustes de débitos.

## d) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2025, a Companhia encaminhou para aprovação a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2025, no valor R\$ 34.455.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Dessa forma, esses dividendos estão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela AGO.

### NOTA 15. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	221.664	263.997
Transações de curto prazo	1.810	727
Outras receitas	43	18
	<b>223.517</b>	<b>264.742</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		
PIS e Cofins	(8.146)	(9.702)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>215.371</b>	<b>255.040</b>

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das Usinas pertencentes aos Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Sol do Futuro, Juazeiro e Barreiras. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia. Em 31.12.2025, as movimentações decorrem do reconhecimento de novos montantes de ressarcimento às distribuidoras, os quais foram atenuados pela realização de saldos de ressarcimento de exercícios anteriores.

Em 2025, tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica “Ressarcimentos às distribuidoras”, a qual, em 31.12.2025, apresentava saldo de R\$ 125.440 no passivo circulante (R\$ 54.985 em 31.12.2024).

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados abaixo:

Empresa	Leilão	Tipo	Crítérios de reconhecimento	2025	2024
<b>Controladas</b>					
Conjunto Fotovoltaico Juazeiro	22º Leilão de Energia Nova	Disponibilidade	<b>Cálculo:</b> (i) ressarcimento anual: flexibilização de 10%, ocorrendo em função da variabilidade dos ventos e fatores gerais do mercado de energia. Entregas menores que 90% da energia contratada são mensuradas anualmente; e (ii) ressarcimento quadrienal: flexibilização verificada no contexto quadrienal, motivado pelo regime sazonal de ventos. Sendo assim, cada cálculo perdoado no ressarcimento anual é considerado para o quadriênio, assim como é considerado nas energias entregues acima de 100% de cada ano.	61.276	30.784
			<b>Valoração:</b> diferença mensurada com o maior entre o preço de venda fixado no leilão e o PLD do período de referência.		
			<b>Pagamento:</b> é realizado no ano subsequente da mensuração, por meio da redução da receita de venda.		
Conjunto Fotovoltaico São Pedro e Sol do Futuro	7º Leilão de Energia de Reserva/8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	<b>Cálculo:</b> diferença entre energia contratada e energia gerada.	41.825	18.530
			<b>Valoração:</b> o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%.		
			<b>Pagamento:</b> 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.		
Conjunto Fotovoltaico Barreiras	20º Leilão de Energia Nova / 22º Leilão de Energia Nova	Disponibilidade	<b>Cálculo:</b> (i) Toda a energia abaixo de 100% gera uma penalização, caso entre 100% e 90%, toda a geração não atendida pagará o maior entre PLD médio anual ou Preço do contrato. Caso abaixo de 90%, pagará o maior entre PLD médio anual ou 1,15 x Preço do contrato.	22.339	5.671
			<b>Valoração:</b> Caso gere acima de 100%, a diferença será liquidada no MCP à PLD horário após atingimento do 100%.		
			<b>Pagamento:</b> Redução da receita de venda, no menor número de parcelas possível (1 vez se menor que a 1a parcela, não fica negativo se maior, reduz da 2a parcela e assim por diante até pagamento integral)		

## NOTA 16. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

No exercício de 2025 e 2024, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	Consolidado			
	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	223.517	223.517	264.742	264.742
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	17.881	26.822	21.179	31.769
Receita financeira	38.460	38.460	21.836	21.836
Outros	(138)	405	764	1.100
Base de cálculo	56.203	65.687	43.779	54.705
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(14.051)	(5.912)	(10.945)	(4.923)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	240	-	240	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(13.811)	(5.912)	(10.705)	(4.923)

## NOTA 17. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui estes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

	Consolidado							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 até 2035	2036 em diante	Total
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)	13.683	13.683	13.683	13.683	13.683	68.416	222.156	358.987
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)	6.823	6.823	6.823	6.823	6.823	34.117	105.193	173.425
Contratos de Operação e Manutenção (O&M)	9.300	6.052	3.768	-	-	-	-	19.120
Contratos de conexão	396	396	396	396	396	1.982	6.313	10.275
Saldos em 31.12.2025	30.202	26.954	24.670	20.902	20.902	104.515	333.662	561.807

### a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das autorizações das usinas. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 358.987 para o Conjunto Fotovoltaico Sol do Futuro, Barreiras e São Pedro.

### b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 173.425 para o Conjunto Fotovoltaico Juazeiro.

### c) Contrato de operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção para as Usinas Fotovoltaicas. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 19.120.

### d) Contratos de conexão

Os Conjuntos Fotovoltaicos mantêm contrato de conexão com terceiros cuja vigência irá até a data de extinção da autorização da usina.

## NOTA 18. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. Os Conjuntos Fotovoltaico participam da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos às usinas, incluindo as linhas de transmissões, e lucros cessantes, no valor de R\$ 276.230 e R\$ 107.376, respectivamente para o Conjunto Fotovoltaico São Pedro, R\$ 451.552 e R\$ 71.116, respectivamente para o Conjunto Fotovoltaico Solar Barreiras, R\$ 605.119 e R\$ 235.181, respectivamente para o Conjunto Fotovoltaico Juazeiro e R\$ 294.533 de cobertura de danos materiais e R\$ 107.904 de lucros cessantes para o Conjunto Fotovoltaico Sol do Futuro. A vigência da apólice do PDBI vai até 31.05.2026.

## NOTA 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	31.12.2025		31.12.2024	
	ATIVO		ATIVO	
	Dividendos a receber	Valores a receber de partes relacionadas <sup>1</sup>	Dividendos a receber	Valores a receber de partes relacionadas <sup>1</sup>
São Pedro II	751	-	2.567	-
São Pedro IV	4.221	-	6.745	-
Sol do Futuro I	13.241	-	5.525	-
Sol do Futuro II	10.565	-	7.058	-
Sol do Futuro III	10.637	-	7.347	-
Solar Barreiras I	-	10.522	-	10.522
Solar Barreiras II	-	666	-	666
Solar Barreiras III	-	546	-	546
Solar Barreiras IV	-	-	-	-
Engie Juazeiro Holding Ltda.	37.799	12.567	44.397	12.567
Engie Energia Solar Holding II S.A	-	527	-	527
	<b>77.214</b>	<b>24.828</b>	<b>73.639</b>	<b>24.828</b>

(1) Montantes referentes a rateio de custos entre as Companhias.

	Consolidado			
	31.12.2025		31.12.2024	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
	Valores a receber de partes relacionadas <sup>1</sup>	Dividendos a pagar	Valores a receber de partes relacionadas <sup>1</sup>	Dividendos a pagar
Engie Brasil Energia	-	-	-	-
Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda.	-	348	-	38.632
Engie Energia Solar Holding II S.A	528	-	528	-
	<b>528</b>	<b>348</b>	<b>528</b>	<b>38.632</b>

(1) Montantes referentes a rateio de custos entre as Companhias.

*(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Engie Energia Solar Holding I S.A.)*

## DIRETORIA EXECUTIVA

---

Marcelo Brugnaro Schultz  
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva  
Diretora Administrativa e Financeira

Dianne Elissa Desan Calado  
Diretor Técnico-Operacional

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

---

Valter Luís Barbieri Colombo  
Contador - CRC SC 038020/O-8



Shape the future  
with confidence

Tarumã Office  
Rua 7 de Setembro, 1600  
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro  
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil  
Tel: +55 47 2111-0700  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
**ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.**  
Florianópolis-SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no



Shape the future  
with confidence

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.




Shape the future  
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SC-000048/F

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC BA-021419/O